



COMITESINOS

2ª Reunião Ordinária/2016

14 de abril de 2016

Local: Auditório E09 005 da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h – 16h30

PAUTA

- 1) Abertura
- 2) Apresentação do estudo de delimitação geográfica da planície de inundação da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - trechos médio e superior, para fins de conhecimento;
- 3) Proposta de deliberação sobre a situação institucional do Comitesinos;
- 4) Assuntos Gerais:
 - Relato da reunião com o Departamento de Recursos Hídricos – DRH/RS, sobre a contratação do “Estudo sobre Alternativas de Regularização da Vazão e Equilíbrio do Balanço Hídrico”.

Entidades Presentes

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: CORSAN, COMUSA e SEMAE; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: CORSAN, Prefeitura de Esteio e Prefeitura de Portão; Drenagem: Prefeitura de Esteio e Prefeitura de Portão; Geração de Energia: CEEE; Produção Rural: STR de Santo Antônio da Patrulha; Indústria: SINPASUL, AIC Sul e COOPERJA; Grupo II – Representantes da População - Clubes de Serviço: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS, ABRASINOS, FEEVALE e SENAI; ONG's Ambientalistas: Projeto Mira Serra, Movimento Roessler e MAHR; Associações Profissionais: ASAEC e ABES/RS; Organizações Sindicais: SENGE e SIMPROCAN; III Grupo: Representação do Governo do Estado: Fundação Zoobotânica; Representantes do Sistema: FEPAM e METROPLAN; Demais Presentes: Prefeitura de Novo Hamburgo, Prefeitura de São Leopoldo, Prefeitura de Taquara, Prefeitura de Nova Santa Rita, Prefeitura de Campo Bom, Prefeitura de Sapiranga, Comitê Caí, Petrobras, Defesa Civil de São Leopoldo, IRGA, APN-VG, ADESCAN, Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS e comunidade.

Entidades Ausentes sem justificativa

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: SEMAE e COMUSA; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: COMUSA e CORSAN; Produção Rural: Associação dos Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha, STR de Taquara, Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha, STR de Caraá e STR de Rolante; Indústria: ACI-NH/CB/EV, SINDIQUIM e CICS/Portão; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Taquara, Câmara de Campo Bom, Câmara de Canoas, Câmara de São Leopoldo e Câmara de Estância Velha; Associações Comunitárias: Associação Cultural Marcelo Breuning e Grupo Escoteiro Peregrino; Clubes de Serviços: Rotary Clube de São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: IRGA.

Entidades Ausentes com justificativa

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: SEMAE; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Caraá, Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS e EMATER; ONG's Ambientalistas: ASTEPAN, UPAN; Associações Comunitárias: União das Associações de Bairros e Vilas de Campo Bom; Organizações Sindicais: SIMPO.

001	ATA N° 02/16 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA
002	Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, a plenária do Comitesinos se

003 reuniu às quatorze horas, no Auditório E09 005 da Unisinos, município de São Leopoldo/RS, para a
004 realização da segunda reunião ordinária do corrente ano. **1) Abertura:** O presidente do Comitesinos,
005 Adolfo Klein, deu as boas vindas, iniciando os trabalhos com a apresentação da pauta estabelecida
006 para a reunião em curso. **2) Apresentação do estudo de delimitação geográfica da planície de**
007 **inundação da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - trechos médio e superior, para fins de**
008 **conhecimento:** Adolfo resgatou que, na reunião de novembro de 2015, a plenária aprovou a
009 delimitação geográfica da planície de inundação para o trecho inferior da Bacia Sinos, conteúdo da
010 Deliberação CBHSINOS062/2015. O estudo foi feito pelo Eng. Carlos André Bulhões, representante
011 da SENGE na categoria “Associações Profissionais” do Comitesinos, no âmbito do Projeto
012 VerdeSinos, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental. Com o
013 avanço dos estudos, Adolfo convidou Carlos André para apresentar o mapeamento da planície de
014 inundação dos trechos médio e alto da bacia. O engenheiro resgatou a metodologia já aplicada à
015 delimitação do primeiro trecho, partindo de critérios estipulados pela Agência Nacional das Águas –
016 ANA. Os principais pontos impactados pelas inundações são: sub-bacia do Rio Rolante (trecho alto)
017 e toda extensão do Rio Paranhana (trecho médio). Viviane Nabinger, secretária executiva do
018 Comitesinos, reforçou que na reunião em curso a delimitação da planície de inundação dos trechos
019 médio e alto da Bacia Sinos está sendo apresentada apenas para conhecimento da plenária e
020 comunidade presente. Valorizou a presença dos ex-presidentes do Comitesinos, Arno Kayser, Silvio
021 Klein e Ione Gutierrez, que vivenciaram profundamente o Comitê. Lembrou que em toda a sua
022 trajetória este colegiado buscou embasamento científico, citando como exemplos o processo de
023 Enquadramento de 2001, o Projeto Dourado, o Projeto MONALISA, o Projeto VerdeSinos, para os
024 quais as parcerias com universidades foram fundamentais, qualificando o retorno às comunidades.
025 Tal trajetória subsidia os técnicos municipais e estaduais na tomada de decisões embasadas.
026 Viviane afirmou que a sinergia com a Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS tem sido favorável
027 à observância dos interesses coletivos e não para prejudicar interesses pessoais. Na mesma linha, a
028 delimitação da planície de inundação persegue a meta de frear ações prejudiciais a parcelas das
029 comunidades, sendo um trabalho propositivo e inovador. Adolfo abriu a oportunidade para
030 manifestações dos presentes. Vera Daniel da Agência de Desenvolvimento Econômico e
031 Socioambiental de Canoas – ADESCAN, perguntou se este mapeamento não é o mesmo já
032 publicizado no site do Comitesinos. Carlos André explicou novamente que o material disponível para
033 consulta no sítio eletrônico do Comitê (comitesinos.com.br/risco) é apenas a delimitação do trecho
034 inferior da Bacia Sinos, aprovada em plenária no mês de novembro/2015. E que a presente
035 exposição trata dos trechos médio e superior. Informou ainda que, na medida das apresentações de
036 subsídios técnicos ao Comitesinos, ele está fazendo ajustes na delimitação. Caso, por exemplo, da
037 inclusão de sinalização que demonstra a área protegida pelo sistema de diques em Novo Hamburgo
038 e São Leopoldo. Mainardi, da Prefeitura de São Leopoldo, relatou que há uma lei municipal
039 determinando a cota de seis metros como limite mínimo para licenciamentos. Mas que a delimitação
040 feita pelo Carlos André adotou a cota de oito metros. O histórico, segundo ele, mostra que não
041 ocorreram inundações em áreas com mais de 6,30 metros, mas que a implantação da BR448
042 (Rodovia do Parque) fez com que chegasse à cota de 6,80 metros. Perguntou qual o tempo de
043 recorrência real e não probabilístico. Carlos André confirmou que a cota adotada é de oito metros,
044 decorrente do tempo de retorno adotado pela ANA. Ou seja, um evento real a cada cinco anos.
045 Quanto maior o tempo de retorno, mais caro, pois maior a abrangência da área livre de ocupação.
046 Adolfo ressaltou que não podemos dizer que a planície de inundação não existe, pois a cada
047 enchente o dano é maior. É necessário parar de colocar pessoas em risco. Como parlamento das
048 águas o Comitê não tem corpo técnico, por isso busca embasamento para tomada de decisões. Não
049 se pode esquecer também do período de escassez de água e que os mesmos banhados que
050 recebem as águas das inundações servirão para reservar a água necessária nos momentos de
051 escassez. Vagner da Silva, da CORSAN, relatou que trabalhou na operadora quando ela ainda tinha
052 a concessão do município de Novo Hamburgo, na década de 1980. Desde aquela época ele
053 percebe um forte incentivo dos vereadores para ocupação de áreas de risco. Os vereadores,
054 segundo Vagner, deveriam participar de espaços como o Comitê para compreender o problema que
055 eles mesmos ajudam a criar. Viviane respondeu que o exercício da representação ainda é insipiente
056 em algumas categorias. Os vereadores, por exemplo, brigam pelas vagas no Comitesinos mas
057 depois participam muito menos do que deveriam. O vereador de Caraá, João Luiz, tem sido um dos

058 únicos presentes. A secretária informou que o Comitê está organizando evento para vereadores,
059 justamente para que eles tenham conhecimento e levem às comunidades o risco da ocupação de
060 áreas inundáveis. O Coordenador da Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS, Promotor de
061 Justiça Dr. Ricardo Schinestsck Rodrigues, explicou que suas atribuições abrangem as áreas
062 ambiental e urbanística. Ele mapeou, desde a Constituição Federal de 1988, até os sistemas de
063 recursos hídricos, ambiental, urbanístico, de saneamento (que inclui drenagem) e da defesa civil.
064 Demonstrou que são os comitês de bacia os responsáveis pelo planejamento participativo das
065 condições de qualidade e quantidade das águas, o que engloba o zoneamento de áreas de
066 interesse hídrico. Com relação à ocupação de áreas de inundação, reforçou que já existem
067 proibições legais, às quais se somam o Estatuto das Cidades e a Lei de Defesa Civil, que reforça a
068 importância de não expor pessoas a riscos. Dr. Ricardo informou que se um particular faz
069 intervenções urbanas prevendo sistema de diques, ele estará assumindo a manutenção da
070 drenagem, o que é proibido, pois se trata de uma atribuição do poder público. Saneamento é
071 responsabilidade pública. Na legislação urbanística a União e os Estados são responsáveis e aos
072 Municípios a responsabilidade é supletiva, podendo ser permitida a intervenção do município, que
073 ao licenciar obras na planície de inundação interfere nos municípios vizinhos. Passa então, a
074 confrontar com todas as leis citadas, pois o que era local passa a impactar no regional. O Promotor
075 ainda falou do evento promovido pelo Ministério Público/RS sobre o projeto de revisão das leis de
076 licenciamento no Congresso Nacional, alterando resoluções no Conselho Nacional do Meio
077 Ambiente – CONAMA, o que poderá resultar no enfraquecimento da legislação ambiental. Relatou
078 que em mais de uma fala, durante o citado evento, foi destacada a importância dos planos de bacia.
079 Então se enfraquecer a legislação de licenciamento, os planos de bacia é que poderão evitar
080 maiores impactos e retrocesso ambiental. Dr. Ricardo parabenizou o protagonismo do Comitesinos.
081 Isto tudo está por trás da planície de inundação. Adolfo agradeceu e parabenizou ao Dr. Ricardo
082 pela aula, depreendendo que o Comitesinos está no caminho correto. Eduardo Mattes, da Prefeitura
083 de São Leopoldo, afirmou que os municípios utilizavam ferramentas menos audaciosas, com
084 ocupações regulares e irregulares. Mas que há ocupações regulares entre as cotas 6,50 e 8 metros.
085 Há quantidade infinita de situações consolidadas com embate. Perguntou como avançar pelos
086 municípios agora com segurança administrativa; e como o Comitesinos, os gestores e o Ministério
087 Público podem avançar, gerindo o regramento com regularidade. Ricardo Rover, representante da
088 ABES/RS na categoria Associações Profissionais do Comitesinos, denunciou a forma de elaboração
089 dos planos municipais, muitas vezes copiados de um para o outro, sem observar os resultados para
090 os municípios vizinhos. Moisés Medeiros, da Prefeitura de Novo Hamburgo, perguntou como está
091 sendo tratado este tema com os órgãos estaduais e como ficam as situações já consolidadas.
092 Relatou que o Ministério Público recomendou aos municípios que não licenciem, mas que os
093 investidores estão preocupados com a desvalorização de suas áreas. Segundo ele, os técnicos
094 municipais precisam de mais embasamento, para além da recomendação do MP/RS. Viviane
095 colocou que talvez possa ser interessante a discussão deste tema no coletivo de comitês de bacia
096 da Região Hidrográfica do Guaíba, construindo diretrizes regionais. Dr. Ricardo respondeu que a
097 insegurança dos técnicos é legítima, pois são eles quem sofrem com as pressões locais. Ele tem se
098 reunido com técnicos e percebe tais dificuldades. Por outro lado, como 2016 é para a maioria dos
099 municípios o ano de revisão dos planos diretores. A boa comunicação entre as secretarias de meio
100 ambiente, planejamento, obras, qualificaria muito os processos de revisão dos planos, o que não é
101 uma realidade. Afirmou que é imprescindível ‘chamar’ o Plano de Bacia para dentro dos planos
102 diretores. Isso resguardará os técnicos, segundo Dr. Ricardo. A recomendação por ele emitida trata
103 das áreas ainda não ocupadas, dentro da planície de inundação. Para situações já consolidadas
104 será necessário aguardar a conclusão dos estudos da Metroplan, que preveem a elaboração de
105 recomendações para as áreas de inundação com base em dados técnicos. Paralelamente a isso, Dr.
106 Ricardo anunciou o processo de composição de um grupo de trabalho interinstitucional para debate
107 deste tema, o que também evita que os técnicos tomem decisões isoladas. A criação deste grupo de
108 trabalho é importante, inclusive com a participação da FEPAM, para a tomada de decisões
109 uniformes. Explicou que a recomendação do MP/RS é de caráter preventivo. É preciso ter ciência de
110 que os municípios estão sendo responsabilizados por situações de cheias e seus prejuízos. O
111 particular tem o bônus de implantar um condomínio (por exemplo) e amanhã o município arcará com
112 o ônus da enchente. Solidariedade no bônus e individualidade no ônus. Miriam Marcolin, da

113 Prefeitura de Novo Hamburgo, relatou que no respectivo município há indústrias e prestadores de
114 serviços já instalados em áreas de inundação. Algumas tem habite-se e outras não. A orientação
115 interna é suspender tudo, com a base na recomendação no MP/RS. Dr. Ricardo esclareceu que a
116 renovação de licenças para situações já consolidadas, desde que não haja ampliação, pode seguir.
117 Novas intervenções sé que deverão ser seguradas até a conclusão dos estudos da Metroplan. **3)**
118 **Proposta de deliberação sobre a situação institucional do Comitesinos:** Adolfo e Viviane
119 explicaram que a criação do Comitesinos em 1988 antecedeu a Lei das Águas (1994), e que na
120 época a adoção de uma personalidade jurídica (com CNPJ) foi compreendida com adequada.
121 Atualmente os comitês não possuem este arranjo, sendo colegiados previsto no Sistemas Nacional
122 e Estadual de Recursos Hídricos. Viviane apresentou a proposta de Deliberação
123 CBHSINOS066/2016, sobre o encerramento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e da Conta
124 Corrente no Banco do Brasil. Sem votos em contrário, a plenária aprovou a deliberação. 4) Assuntos
125 Gerais: Adolfo relatou que a Diretoria do Comitesinos se reuniu com o Departamento de Recursos
126 Hídricos – DRH/RS sobre a contratação do “Estudo sobre Alternativas de Regularização da Vazão e
127 Equilíbrio do Balanço Hídrico”, que já possui Termo de Referência elaborado. Originalmente a
128 reunião havia sido agendada e confirmada com o Diretor do DRH/RS, Fernando Meirelles, que não
129 compareceu. A técnica Amanda Fadel apresentou suas sugestões de ajustes ao Termo de
130 Referência, ficando este aprovado para contratação pelo Estado, sem previsão de prazo. Viviane
131 anunciou que o conjunto de comitês de bacia solicitou ao Ministério Público Federal esclarecimento
132 cerca da utilização dos recursos do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos – FRH/RS, ato
133 justificado pelas recorrentes dificuldades em acessá-lo. Encerrados os temas previstos na pauta, o
134 presidente agradeceu a participação dos presentes. E, para constar, lavrei a presente ata que,
135 depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, pela Secretária Executiva e por mim.

São Leopoldo, 12 de maio de 2016.

136
137
138
139
140
141

Débora da Silva
Sec. Administrativa

Viviane Nabinger
Sec. Executiva

Adolfo Klein
Presidente